

# SEMINÁRIO BIXIGA:

TERRITÓRIO CULTURAL  
SÃO PAULO, 2 DE MAIO DE 2017

**GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.  
Mestre em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), atua como especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da USP, onde desenvolve ações de cultura e extensão universitária relacionadas à temática do patrimônio cultural.  
E-mail: [gaf.arq@usp.br](mailto:gaf.arq@usp.br)

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p170-180>

## 1 INTRODUÇÃO

Formalmente não existe em São Paulo um bairro chamado “Bixiga”, ainda que ele se revele na vida cotidiana de uma grande quantidade de pessoas que nele habitam e manifestam suas práticas culturais, memórias e afetos.

Normalmente entendido como um território em meio aos limites do distrito da Bela Vista e adjacências, o Bixiga se revela e se manifesta por meio de relações simbólicas entre pessoas, lugares, construções, festas, celebrações, tradições e rupturas. Ainda que não possua designação oficial, trata-se de um lugar amplamente reconhecido, seja pelos que nele trabalham e o percebem de uma certa forma, pelos que o habitam e o veem de outra, pelos que frequentam seus bares, restaurantes, teatros e outros equipamentos ou mesmo por parte de muitos paulistanos que, ainda que não constituindo com ele uma relação cotidiana, associam-no facilmente à muitas das caricaturas que costumam caracterizar as narrativas construídas em torno deste universo — como as de um bairro italiano ou boêmio.

De fato, trata-se de um território de múltiplas facetas: bairro afro-italiano-nordestino-imigrante-boêmio, o Bixiga serve de referencial e de suporte para múltiplas manifestações culturais e formas de trabalhar, de habitar e de produzir cultura: ainda que usualmente associado a representações que o resumem a uma caricatura de si mesmo (povoada por cantinas, italianismos e adorianices), é impossível reduzi-lo a um único

grupo social ou manifestação cultural. É justamente essa multiplicidade de referências culturais cultivadas pelos mais variados grupos que torna este território um caso bastante peculiar e interessante para avaliar os processos de patrimonialização de seus bens culturais. Caso interessante sobretudo porque, apesar da multifacetada riqueza cultural, a convivência entre os vários grupos e suas manifestações não se revela necessariamente harmoniosa ou isenta de conflitos, bem como de tentativas de apagamentos e ofuscamento de certas narrativas sobre outras. Destaque-se, em particular, como o processo de tombamento em nível municipal de algumas centenas de imóveis localizados na região buscou privilegiar sobretudo sua herança italiana e sua arquitetura eclética, ofuscando ou ignorando presenças de matriz africana, nordestina, entre outras.

## 2 (RE)DISCUTINDO O BAIRRO

A fim de explorar os limites, desafios e potencialidades da formulação e implantação de políticas e reflexões patrimoniais em uma realidade tão multifacetada e conflituosa, o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC) promoveu no dia 2 de maio de 2017 o seminário “Bixiga: território cultural”. Reunindo agentes e gestores públicos, acadêmicos, pesquisadores, militantes e membros de organizações civis, o evento procurou não só discutir a patrimonialização atualmente em curso do bairro como outros exemplos de processos análogos em outros territórios similares, mas também avaliar problemas e conflitos atuais. O evento ocorreu no Auditório Paschoal Carlos Magno do Teatro Sérgio Cardoso, um lugar relevante para a história e memória do bairro.

A iniciativa se justifica não só pela peculiaridade deste espaço da cidade — que concentra cerca de um terço dos imóveis tombados em nível municipal da cidade de São Paulo<sup>1</sup> — como pelo fato de o próprio CPC ocupar como sede um edifício patrimonializado localizado neste pedaço do município. A Casa de Dona Yayá, sede do CPC, estabelece diversas conexões com a história da urbanização desta região e com várias das narrativas que se produziram ao longo dos anos a respeito da identidade construída para o bairro. Uma entre

1. São cerca de 900 imóveis distribuídos na região da Bela Vista em um universo de mais de 3000 na cidade.

muitas referências culturais do Bixiga, a Casa de Dona Yayá se localiza em meio a uma complexa rede de bens culturais que, como parece ser consenso hoje<sup>2</sup>, não devem ser lidos isoladamente, mas em conjunto.

Com efeito, o território da Bela Vista, onde esses muitos Bixigas se superpõem, vem sendo objeto de variados esforços de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização de bens culturais desde os anos 1970 – a partir de iniciativas de caráter variado e com distintos graus de sucesso. Repleto de imóveis caracterizados como “Z8-200” (considerado o primeiro instrumento de preservação em nível municipal da cidade), o Bixiga foi mote da primeira grande iniciativa em São Paulo de inventariação sistemática (e não pontual) por parte do Departamento de Patrimônio Histórico nos anos 1980, o Inventário Geral do Patrimônio Cultural da Bela Vista (Igepac/Bela Vista), o que revelou à época, aos olhos dos técnicos envolvidos, um enorme conjunto de bens patrimonializáveis distribuídos em três subterritórios distintos. Em função da mobilização de representantes de alguns dos grupos sociais presentes na região, parte deste rol de bens inventariados serviu de base para a formulação de uma resolução de tombamento cujo pedido, aberto em 1992, efetivou-se em 2002 na forma de uma relação de imóveis designados como culturalmente relevantes e passíveis de diferentes níveis de proteção física.

Note-se que, apesar da ousadia da iniciativa de promover, de uma vez, um tombamento sistemático e articulado de inúmeros bens, trata-se ainda da designação de imóveis individuais reunidos sob um discurso urbanístico e arquitetônico que privilegia (ainda) narrativas que associam o bairro a seu passado eclético, do ponto de vista formal, e italiano, do ponto de vista de formação social, reduzindo ou invisibilizando os traços de outras presenças, bem como ignorando outras referências culturais (cuja salvaguarda, à época, não contava ainda com os instrumentos normativos adequados, como práticas culturais ligadas ao assim chamado “patrimônio imaterial”). O próprio Centro de Preservação Cultural contribuiu à ampliação do registro e valorização do patrimônio cultural do bairro para além de seus bens arquitetônicos ligados à memória italiana e à do ecletismo paulista, por meio de trabalhos como as oficinas “Trafegar pelos rios do

2. Tal leitura se verifica já nos trabalhos que levaram ao estabelecimento do Igepac da Bela Vista, no início dos anos 1980, conforme d’Alambert e Fernandes (2006) e Baffi (2006) e se estende a iniciativas contemporâneas conforme Somekh (2016).

Bixiga"<sup>3</sup> (materializado na exposição "Hidrofaixas: rios visíveis no Bixiga") e pelo projeto "Bixiga em Artes e Ofícios" (que resultou em uma exposição homônima, em um sítio eletrônico e em uma publicação<sup>4</sup>).

Apesar de seus limites, o Igepac foi, sem dúvidas, uma das iniciativas mais avançadas e sofisticadas de inventariação de bens culturais em São Paulo. Tais limites, no entanto, revelaram-se frágeis no enfrentamento de problemas contemporâneos de preservação e salvaguarda deste conjunto patrimonial: arrastam-se há anos, por exemplo, conflitos em torno da ocupação e salvaguarda de alguns dos espaços do bairro, como os baixios dos viadutos ou o terreno localizado no cruzamento das ruas Abolição e Jaceguai, no qual corre canalizado o Ribeirão do Bixiga e onde o Grupo Silvio Santos pretende erigir um enorme empreendimento comercial, afetando uma série de bens tombados (como a Casa de Dona Yayá e sobretudo o Teatro Oficina, seu vizinho). Para além de uma problemática de visualidade ou de agressão visual à paisagem cotidiana, tais conflitos revelam ao mesmo tempo processos desiguais de representação cultural e de acesso à cidade e à discussão de seus destinos.

Bairro sempre vivo e em mutação, o Bixiga continua a conviver com as diretrizes desta resolução e sob a influência de outros marcos normativos (como planos diretores regionais, leis de zoneamento, políticas de incentivo à cultura etc.). Toda essa regulamentação, no entanto, é suficiente para abarcar a complexidade cultural da região? As demais narrativas sobre o bairro se veem representadas em sua ampliação? Que outros instrumentos normativos, projetuais e de planejamento são aplicáveis na região, a fim de fomentar e valorizar sua complexidade patrimonial? É preciso rever os instrumentos existentes?

### 3 RELATO DO EVENTO

A fim de avançar sobre estas e outras questões o CPC organizou o evento do dia 2 de maio de 2017 em torno de três mesas-redondas. A primeira delas buscou discutir diferentes narrativas e perspectivas sobre o bairro. Em seguida, foram convidados para a segunda mesa profissionais e acadêmicos

3. Para mais informações, ver Fernandes et al. (2013).

4. Para mais informações, ver Hikiji e Silva (2014).

que atuaram em projetos articulados em contextos semelhantes aos do Bixiga. Finalmente, na mesa de encerramento foram convidados agentes públicos e representantes de grupos envolvidos em projetos e conflitos atuais no bairro.

#### MESA 1. BIXIGA: PATRIMÔNIO CULTURAL

Mediada pelo professor José Tavares Correia de Lira (ex-diretor do Centro de Preservação Cultural da USP e docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP), a mesa contou com os seguintes participantes:

- Mirthes Baffi, do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH);
- Karina Alves e Claudia Muniz, representantes do Grupo de Trabalho Bixiga da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), responsável por promover um inventário participativo de referências culturais na região;
- Marcio Sampaio de Castro, pesquisador da história do bairro e autor do livro *Bexiga: um bairro afro-italiano*.

Mirthes Baffi apresentou a trajetória da patrimonialização do bairro no contexto do DPH e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), dos primeiros estudos à efetivação da resolução de tombamento em 2002, passando pelo inventário sistemático promovido pelo já citado Igepac. As representantes da Repep, Karina Alves e Claudia Muniz, expuseram novas perspectivas sobre os bens culturais do Bixiga a partir dos primeiros resultados de um trabalho em andamento de caráter colaborativo, comunitário e participativo de educação patrimonial, caracterizado sobretudo pela escuta e pela autoidentificação de bens culturais por parte de habitantes. Finalmente, Márcio Sampaio destacou um duplo caráter específico da região do Bixiga, que agrega ao mesmo tempo elementos de resistência cultural e de exclusão — dinâmica verificada especialmente pela trajetória da população negra do bairro, cujas referências culturais (como a Escola de Samba Vai-vai) são destacadas como elementos de identidade ainda que sejam mobilizadas paralelamente à expulsão desta população para regiões mais distantes do centro de São Paulo.

## MESA 2. INSTRUMENTOS E PROJETOS

Com a intenção de elencar e discutir possibilidades de aplicação de instrumentos e projetos inspirados em casos similares aos do Bixiga, esta mesa reuniu pesquisadores e profissionais envolvidos tanto na formulação de políticas públicas para o patrimônio como na execução de projetos de inventariação, preservação, salvaguarda e valorização de bens culturais. Mediada pelo professor Heitor Frúgoli (do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), a mesa contou com os seguintes participantes:

- Rafael Winter Ribeiro, geógrafo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi um dos responsáveis pela elaboração do dossiê encaminhado à Unesco para a candidatura do Rio de Janeiro a paisagem cultural da humanidade;
- Euler Sandeville Jr., professor da área de paisagem e ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, atuou durante a elaboração do atual plano diretor do município de São Paulo na conceituação dos “territórios de interesse da cultura e da paisagem” (TICP), instrumento previsto na legislação para gestão pública de áreas de especial interesse cultural, paisagístico e ambiental;
- Simone Scifoni, geógrafa e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atuou junto ao Grupo de Trabalho Minhocão da Rede Paulista de Educação Patrimonial na elaboração de um inventário participativo de referências culturais no território ao redor do Elevado João Goulart (antigo “Costa e Silva”);
- Flávia Brito do Nascimento, professora do departamento de História da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, atuou no desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) na região do Bom Retiro, em São Paulo.

Todos os convidados destacaram a complexidade de trabalhar com a realidade urbana, seus múltiplos grupos e agentes envolvidos, e os desafios da salvaguarda do patrimônio cultural, articulando estratégias de gestão e de participação das comunidades locais. Ficou evidente, ao longo de toda a discussão, não só a necessidade de ultrapassar perspectivas de trabalho sobre o patrimônio que se limitem aos bens isoladamente (ou, mesmo quando

tomados em conjunto, que se limitem às suas características particulares isoladas de seus contextos sociais, simbólicos e afetivos) como a necessidade de explorar métodos de trabalho que de fato incorporem as representações e anseios dos habitantes das regiões estudadas.

Rafael Winter Ribeiro apresentou a problemática em torno das *historic urban landscapes* (HULs), categoria recentemente pautada nas discussões internacionais da Unesco, bem como destacou o interesse renovado em torno da ideia de paisagem, verificada em anos recentes, e as armadilhas que este interesse pode promover quando tratado, conceitual ou metodologicamente, de forma pouco consistente. Euler Sandeville Jr. apresentou a proposta original em torno dos TICPs (originalmente pensados como “áreas de especial interesse de cultura e de paisagem” e com escopo mais amplo que aquele ligado apenas ao campo do patrimônio), bem como suas potencialidades e desafios de apropriação e implantação. Simone Scifoni e Flávia Brito apresentaram experiências de inventariação de referências culturais em áreas centrais de São Paulo, com escalas e escopos distintos (nas regiões do Minhocão e do Bom Retiro, respectivamente).

Scifoni destacou o inventário participativo como possível instrumento de resistência cultural, na medida em que ele pode colaborar na evidência de todo um conjunto de manifestações culturais invisibilizadas em processos mais amplos de valorização imobiliária, enobrecimento urbano e expulsão de populações em situação de fragilidade social em regiões marcadas por transformações de perfis de renda. Com efeito, o lema do inventário participativo do Minhocão, por ela apresentado, é “Minhocão contra a gentrificação” e sua iniciativa foi resultado de uma demanda dos próprios grupos habitantes da região do Minhocão, que já previam os efeitos perversos do processo de gentrificação que se anunciava para a área com a eventual demolição ou transformação do Elevado João Goulart em parque. Flávia Brito, por sua vez, apresentou sua participação no inventário de referências culturais da região do Bom Retiro, iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) em São Paulo. Destacou como a identificação de lugares de referência para os grupos sociais presentes naquele território deveria superar os critérios usuais de patrimonialização, por exemplo, de bens edificados, ao considerar pequenas construções articuladas àquelas práticas culturais como bens culturais peculiares.



### MESA 3. AGENTES E INSTITUIÇÕES

Finalmente, a última mesa do dia buscou evidenciar olhares e projetos de agentes e grupos em atuação no Bixiga atual, bem como discutir problemas contemporâneos. Mediada por Gabriel Fernandes, o autor deste artigo, e pela diretora do CPC, Mônica Junqueira de Camargo, a mesa esteve longe de esgotar a discussão sobre o bairro ou de abordar todos os seus conflitos e problemas, mas colaborou na explicitação e discussão pública de alguns desses pontos. Os participantes foram:

- Carila Matzenbacher, arquiteta atuante no Teatro Oficina;
- Gil Carvalho, arquiteto responsável pelo empreendimento do Grupo Sisan no terreno localizado na esquina das ruas Abolição e Jaceguai, sobre o curso do Ribeirão do Bixiga e vizinho ao Teatro Oficina;
- Mariana Rolim, diretora do Departamento do Patrimônio Histórico a partir de 2017.

A representante do Teatro Oficina apresentou o projeto para o bairro e para o teatro, pensado pela Companhia em parceria com moradores, interessados e outros coletivos culturais atuantes na região. Associado a um projeto mais amplo do grupo para a cidade — chamado de *Anhangabaú da feliz cidade* e articulado à *Universidade Antropófaga*<sup>5</sup> —, trata-se de uma proposta de apropriação da cidade tomando-a como suporte para realizações artísticas diversas e expandindo para o espaço urbano a proposta teatral da própria Companhia de Teatro Oficina Uzyna Uzona, em colaboração com os vários coletivos já atuantes no território. Destacou ainda as perspectivas de uma ocupação solidária e coletiva do terreno vizinho ao do Teatro Oficina. Para este terreno, por sua vez, o arquiteto Gil Carvalho apresentou o projeto da empresa Sisan Empreendimentos Imobiliários. Trata-se de um empreendimento misto, residencial e comercial, caracterizado por um conjunto de três grandes torres — cuja execução havia sido, até o momento da realização do seminário, interrompida pelo entendimento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) de que o complexo afetaria gravemente a preservação de um conjunto de bens culturais da região, entre os quais o próprio Teatro

5. Para mais detalhes sobre estes projetos, ver Gallmeister e Matzenbacher (2015).

Oficina e a Casa de Dona Yayá<sup>6</sup>. Finalmente, Mariana Rolim destacou mais uma vez a necessidade de olhar para o patrimônio para além dos bens individuais, em particular para ações de conservação e salvaguarda. Apresentou o histórico da ação do DPH na região e os atuais projetos.

#### 4 ENCAMINHAMENTOS E POTENCIALIDADES

Este seminário constituiu mais uma ação do CPC em torno da articulação pública de diferentes perspectivas e saberes sobre o Bixiga, reunindo em um mesmo espaço representantes dos campos acadêmico, técnico-profissional, político e artístico. Como um órgão cuja origem é estrangeira ao bairro, trata-se de uma iniciativa importante não só para o seu enraizamento neste território, como também para o reconhecimento dos vários interlocutores que nele habitam – e o pensam e estudam há bastante tempo. O seminário constituiu-se, sobretudo, o reconhecimento de um trabalho já consolidado de agentes culturais e políticos, bem como de técnicos e acadêmicos que acumulam uma reflexão e experiência de ação sobre o bairro cuja valorização é necessária para a melhor implantação de projetos patrimoniais. Neste sentido, contudo, trata-se ainda do reconhecimento de que esta articulação ainda é incipiente e limitada, novas edições deste seminário serão necessárias a fim de não só explicitar melhor os conflitos presentes no bairro e as várias perspectivas sobre eles, como também incluir muitos outros interlocutores que não participaram desta primeira edição.

#### REFERÊNCIAS

BAFFI, Mirthes. O Igepac-sp e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 169–191, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/sK7gMr>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

D'ALAMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo César Gaioto. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 151–168, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/sK7gMr>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

FERNANDES, Gabriel de Andrade; BITTENCOURT, Beatriz; FRÓIS, Maíra Martins; TAVARES, Priscilla. Educação e memória na Casa de Dona Yayá: relato da oficina-intervenção Trafegar pelos rios do Bixiga. *Revista CPC*, São Paulo, n. 17, p. 116–126, dez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/yJLGF6>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

6. Em outubro de 2017 esta decisão foi revertida por uma nova composição do mesmo Condephaat, que autorizou a execução do empreendimento em decisão polêmica. Por se tratar de um problema para a preservação do patrimônio cultural mais amplo que o da disputa entre o Teatro Oficina e o Grupo Silvio Santos, um posicionamento nosso pode ser verificado em Fernandes e Camargo (2017).

FERNANDES, Gabriel de Andrade; CAMARGO, Mônica Junqueira. A Casa de Dona Yayá na preservação do Bexiga. *Minha cidade*, São Paulo, ano 18, n. 209.01, Vitruvius, dez. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/TNUj18>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GALLMEISTER, Marília; MATZENBACHER, Carila. O talento cultural do Bixiga & o Anhangabaú da Feliz Cidade. *Minha cidade*, São Paulo, ano 15, n. 180.05, Vitruvius, jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/cmAVTv>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (Orgs.). *Bixiga em Artes e Ofícios*. São Paulo: Edusp, 2014.

SOMEKH, Nádia. A construção da cidade, a urbanidade e o patrimônio ambiental urbano: o caso do Bexiga, São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 220–241, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/urgJVU>>. Acesso em: 15 dez. 2017.